



Precarização do trabalho do assistente social no Brasil recente: um olhar a partir da produção da pós-graduação

Precarious work of the social worker in today's Brazil: a look to the postgraduate production

Flávia Barbosa Pardini dos Santos¹

orcid.org/0000-0003-4872-7543
flavia.riqueza@gmail.com

Inez Terezinha Stampa¹

orcid.org/0000-0003-3770-1129
inezstampa@gmail.com.br

Recebido em: 03 dez. 2019.

Aprovado em: 22 abr. 2020.

Publicado em: 30 out. 2020.

Resumo: Este artigo apresenta resultados contidos na dissertação de mestrado que buscou caracterizar o *estado da arte* acerca do trabalho do assistente social no Brasil recente. Para tanto traça um retrato da realidade atual em que se inserem os trabalhadores assistentes sociais. Está assentado na análise de dissertações e teses defendidas no período de 2012 a 2016, vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social que integram as universidades sediadas no estado do Rio de Janeiro: PUC-Rio, Uerj, UFFe UFRJ.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Trabalhadores assistentes sociais. Produção de conhecimento. Serviço Social.

Abstract: This article presents results contained in the master's thesis that sought to characterize the state of the art about the work of the social worker in recent Brazil. To this end, it draws a picture of the current reality in which social workers work. It is based on the analysis of dissertations and theses defended from 2012 to 2016, linked to *stricto sensu* graduate programs in Social Work that integrate the universities based in the state of Rio de Janeiro: PUC-Rio, Uerj, UFF and UFRJ.

Keywords: Work. Precariousness. Social workers. Knowledge production. Social work.

Introdução

O processo de reestruturação produtiva em curso no Brasil segue acompanhado de pressões por maior flexibilização nas relações do trabalho, como ação indispensável à oferta de empregos e desenvolvimento econômico, como quer fazer crer o discurso político-ideológico das classes hegemônicas. Esse discurso fetichizado, no entanto, encobre o real interesse do mercado, que é ampliar suas bases de lucro através de sua fonte matricial: o trabalho. Assim é que se observam tendências atuais a mais intensificação e exploração do trabalho, configurando um contexto de verdadeira barbárie social (ANTUNES, 2018).

Em face desta perspectiva, compreende-se que os assistentes sociais, aqui entendidos enquanto sujeitos trabalhadores, inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, são também acometidos pelo processo de reestruturação produtiva. Este interfere em suas condições de trabalho, assim como nos processos de trabalho em que se encontram inseridos. A intensificação e a precarização do trabalho, ou melhor, as diversas alterações degradantes no universo do trabalho, atingem direta e/ou indiretamente o trabalhador dessa classe.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Nesse espectro, este artigo apresenta dados da pesquisa que buscou delinear um panorama sobre a produção do Serviço Social brasileiro, a respeito desse trabalhador, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* situados no Estado do Rio de Janeiro. Nessa medida, pautou-se no estudo de dissertações e teses defendidas nesse campo e que tinham como objeto de análise o trabalho do assistente social e, ainda, que haviam sido defendidas no período de 2012 a 2016.

Considerando que a pesquisa possui um papel decisivo na "conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação" (GUERRA, 2009, p. 701) e que os dois aspectos são condições indispensáveis tanto para o trabalho profissional qualificado, quanto para a ampliação da *massa crítica* da profissão, acreditamos que conhecer e analisar o que vem sendo produzido no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social pode contribuir para adensar o debate sobre trabalho e formação profissional, sobretudo em conjuntura tão adversa para o pensamento crítico.

Este artigo objetiva demonstrar que a pesquisa é instrumento fundamental para garantir o amadurecimento intelectual da profissão e o enfrentamento, no Brasil, de um obscurantismo orgulhoso das próprias sombras que projeta. A pesquisa, além de possibilitar uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento, pode contribuir decisivamente, através de variadas mediações, às demandas da classe trabalhadora, condição necessária para a construção de novas legitimidades profissionais, sobretudo em conjuntura tão adversa para uma ação profissional crítica-analítica (Netto, 1996), que seja capaz de atender não somente as demandas imediatas que lhes são apresentadas, mas que também possa realizar a sua reconstrução crítica.

Dessa forma, ao examinar o que vem sendo produzido nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social sobre o trabalho profissional, buscamos conhecer com mais profundidade a realidade vivenciada por cada um nessa região, além de agregar esse conhecimento e difundi-lo, procurando somar à reflexão acumulada sobre o tema.

Assim, os resultados da investigação aqui expostos se assentam na elucidação das principais questões levantadas pelos pesquisadores autores das teses e dissertações analisadas acerca do exercício profissional do assistente social, sobre suas condições de trabalho, experiências profissionais na área, bem como os desafios que estão postos ao exercício profissional, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico assentado na tradição marxista.

Reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho do assistente social

A ofensiva neoliberal e o processo de reestruturação produtiva afetaram profundamente a "classe que vive do trabalho" (ANTUNES, 2008; 2018). Assiste-se, no país, ao aviltamento dos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores, cuja maior expressão se encontra na flexibilização/fragilização das relações de trabalho, no desemprego, dentre outros.

As mudanças operadas no universo do trabalho, forjadas pelo processo de reestruturação produtiva, desencadeado no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, dá forma a um novo modelo de sociabilidade que rege não apenas as relações de trabalho, mas também os demais âmbitos da vida social. Como corolário, assiste-se a expansão do fenômeno da acumulação flexível que se traduz efetivamente em total desregulação das relações e garantias trabalhistas, ao passo em que, pela máxima exploração do trabalho, é que se produz o acúmulo de riqueza (HARVEY, 1992).

Diante dessa lógica, se sobressaem os altos níveis de desemprego, evidenciando seu caráter estrutural. Além disso, lastreia-se o trabalho precarizado, o subemprego, uma vez que os diversos trabalhadores não vislumbram alternativas à sujeição a essas formas de exploração para manterem-se vivos.

Tais fatos, além de submeterem a própria vida ao trabalho, resultam na fragmentação dos trabalhadores, visto que têm a sua organização política prejudicada seja pelo domínio do seu tempo, seja pela produção da insegurança e receio do desemprego, seja pela incorporação da ideologia

burguesa dominante que gera a resignação.

Os retrocessos desencadeados pelo capital, portanto, atingem diretamente a classe trabalhadora. Disso depreende-se que a articulação entre a reestruturação produtiva e a instituição de um Estado neoliberal se traduz em consequências nefastas para o conjunto dos trabalhadores, impactando, também, o trabalho e a própria vida dos assistentes sociais.

Nessa medida, no processo de desenvolvimento da pesquisa, observou-se a formatação de novos tipos de função do assistente social que se alinham a essa nova ordenação do capital. Disso decorre que diferentes expressões de precarização do trabalho do assistente social são disseminadas na contemporaneidade.

No intento de descortinar o real, observou-se que, sob a roupagem do moderno e imiscuídas no discurso de que são importantes porque se constituem oportunidades de trabalho para os assistentes sociais, novas formas de precarização do trabalho podem ser assimiladas. À vista disso, saltou aos olhos a pesquisa desenvolvida por Gomes (2015a; 2015b), que teve por objeto o estudo de duas modalidades de "consultoria" externas contemporâneas, desveladas como duas expressões atuais do trabalho precarizado do assistente social que predominam nas empresas que operam no território nacional.

Estas modalidades de "consultoria", cabe mencionar, se destacam pelo grau de absorção da força de trabalho dos assistentes sociais e por dotarem de significado inverso o sentido original do termo, sobretudo se considerada a acepção adotada sobre consultoria em Serviço Social.²

Verificando-se o valor semântico da palavra consultoria, entende-se que o termo se refere ao parecer concedido por profissional ou empresa reputada especialista em determinado assunto. Nas palavras de Vasconcelos, é assim que se constitui a consultoria:

Frequentemente para que uma equipe ou assistente social solicite um processo de consultoria, é necessário que já tenha passado,

ainda que precariamente, pela elaboração de um projeto de prática, objetivando, com a consultoria, respostas para algumas questões pontuais que dificultam o encaminhamento do mesmo. (VASCONCELOS, 1998, p. 128)

De acordo com Gomes (2015a), no universo dessas "consultorias" externas, existem, por um lado, as especialistas em Programas de Assistência ao Empregado (PAE) e, por outro, as especialistas em Serviço Social. Em ambas as frentes, o Serviço Social se insere como uma forma de atendimento aos trabalhadores. Dessa maneira, o profissional, de uma ou outra forma, presta serviço para uma empresa.

Vale dizer, no entanto, que o assistente social se vincula às empresas, na forma da prestação do serviço de "assessoria" por diversas formas, "com ou sem carteira assinada" (GOMES, 2015a, p. 372). Desse modo, são observadas, nesses modelos de "assessorias" prestadas por trabalhadores assistentes sociais, formas mais tradicionais de terceirização, vínculos flexíveis e informais de trabalho.

Quanto à primeira, se referem às empresas de "assessoria" que desenvolvem os PAEs, onde são organizados módulos de atendimentos focais, efetuados por especialistas de diversas áreas do conhecimento contratados por essas instituições. As empresas que compram esses serviços, "escolhem as modalidades que irão compor aos seus programas". Nessa modalidade, por meio da "assessoria", o Serviço Social se insere neste espaço sócio-ocupacional como uma das "especialidades de atendimento" dentre outras alternativas (GOMES, 2015a, p. 372).

Assim, nos PAEs, as denominadas "assessorias" se traduzem em atendimentos pontuais. O atendimento denominado "focal" pode também ser chamado de breve e, como se não bastasse essa limitação, elas estão subordinadas ao controle do tempo do atendimento destinado ao trabalhador: "o serviço limita o número de atendimentos por questão a ser solucionada. Nessa modalidade o trabalhador não dispõe de tempo indeterminado para o atendimento de suas necessidades" (GOMES, 2015a, p. 372).

Essa forma que insere o Serviço Social nos PAEs

² Foram inseridas aspas à palavra ao fazer referência às chamadas assessorias que representam formas de terceirização e precarização do trabalho.

apresenta risco de que sejam resgatadas, por assistentes sociais, práticas funcionalistas, com propostas de ajustamento social, similares às adotadas de maneira recorrente antes da adoção do atual projeto profissional crítico do Serviço Social. Por outro lado, as limitações impostas por este serviço, sugerem outra direção divergente da proposta pelo projeto ético-político do Serviço Social.

No que se refere à segunda modalidade citada, trata-se das denominadas "consultorias externas especializadas em Serviço Social" (GOMES, 2015a, p. 373). Nestas, os programas e projetos são construídos conforme as requisições das empresas, mas não predefinidos totalmente, apresentando certa maleabilidade em sua elaboração, o que a difere do modelo anterior. Além disso, este modelo não tem a forma de atuação focal nem delimita o número de atendimentos realizados pelas "assessorias" como o primeiro.

Apesar dos aspectos que diferenciam um modelo do outro, ambos compõem um conjunto de interesses do mercado, principalmente no que concerne aos custos provenientes da relação de compra e venda da força de trabalho. Neste circuito, é oportuno dizer que novas formas de precarização de trabalho se avultam no século XXI sob o fetiche do novo, do inovador, atravessando diferentes espaços sócio-ocupacionais e requisitando diferentes trabalhadores, sendo estes, também, os trabalhadores assistentes sociais.

Outra forma contemporânea de vínculo precário do trabalho dos assistentes sociais diz respeito à contratação por meio de *pregão*. Nessa forma de contratação, via de regra, o órgão público (forma de contratação mais difundida em municípios do interior do Estado), divulga por meio de edital a contratação de assistentes sociais. Assim é aberta a *livre concorrência* entre os assistentes sociais no que concerne à venda de sua força de trabalho, ocupando as vagas os assistentes sociais que oferecem menor preço pela *oportunidade* de trabalho.

Tal fato também foi evidenciado por Costa em suas análises sobre o trabalho dos assistentes sociais nos municípios cearenses:

Além disso, outro elemento encorpa essa situação, como o do modelo adotado por alguns municípios cearenses que abrem processo licitatório do tipo menor preço para contratar assistentes sociais. O profissional segue na data e horário previsto para a abertura dos envelopes nos quais estão escritos os preços dados pelos assistentes sociais e é contratado aquele que lança o menor preço da sua força de trabalho. Essa situação foi verificada em publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará, que divulgava a licitação em um determinado município (COSTA, 2014, p. 372).

Nessa linha, cumpre destacar que a desqualificação e desregulamentação do trabalho do assistente social são naturalizadas nos processos de fetiche do capital que se expandem no país, forjando a dinâmica atual de espoliação do conjunto dos trabalhadores imiscuída em novas formas de organização e realização do trabalho. Em análise sobre o assunto, Silva exemplifica a complexidade dessa tendência atual que se espraia no estado do Ceará e incide sobre os trabalhadores assistentes sociais:

Outro aspecto que parece indicar a referida naturalização foi o episódio ocorrido em relação ao estágio supervisionado em Serviço Social. Conforme citamos, a região conta com três cursos de Serviço Social, o que implica muitos alunos em campo de estágio. O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do Ceará determinou que fossem suspensos os estágios realizados em Instituições cujos (as) profissionais não tivessem vínculos permanentes com a Instituição, justamente em decorrência da grande quantidade de profissionais atuando na modalidade de serviços prestados. A suspensão não durou 15 dias, dado o reconhecimento do CRESS de que praticamente todos os espaços sócio-ocupacionais têm assistentes sociais trabalhando nessas condições de contrato temporário, via licitação (SILVA, 2013, p. 126).

Sobre essa e outras formas atuais de precarização do trabalho do assistente social, Costa menciona, com base em pesquisa realizada com assistentes sociais no município de Fortaleza/CE, que determinadas instituições contratam assistentes sociais como *assistentes técnicas* para realizarem atribuições específicas de assistentes sociais. Assim, além de desqualificarem o trabalho do assistente social, se apropriam dessa estratégia como meio de *baratear* a mão de obra deste trabalhador.

Diante desse quadro, Costa afirma que:

Outro fenômeno de grande relevância nesse processo é a crescente terceirização, que ganha espaço nas instituições públicas do Estado. Este fenômeno vem também afligindo uma parte significativa de profissionais do Serviço Social que ingressa no mercado de trabalho por essa via e por contratos temporários, a exemplo das entrevistadas da pesquisa realizada com as profissionais da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do município de Fortaleza/CE: das seis, apenas duas eram concursadas, as outras eram terceirizadas, e ainda havia os casos nos quais as profissionais eram contratadas como assistentes técnicas e exerciam a função de assistente social (COSTA, 2014, p. 372).

Com base nesses exemplos, podemos aduzir que estamos diante de uma lógica de mercantilização das políticas sociais, das relações de trabalho, enfim, da própria vida, que abarca o conjunto dos trabalhadores, inclusive os assistentes sociais. Dessa forma, desvelar os mecanismos ocultos de acumulação do capital que se concentram na expropriação do trabalho e da própria vida dos trabalhadores é, portanto, um imperativo no Serviço Social.

Não obstante, esses conflitos presentes no cotidiano do trabalho, pontua-se que a desconsideração sobre a importância de estudos e atenção sobre as relações e condições de trabalho do assistente social, bem como sobre os processos velados de violação dos direitos desses trabalhadores, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, podem implicar na redução do próprio "fundo de vida" destes (LUCE, 2013). Isto é, as novas conformações do mundo do trabalho, que tendem a espoliar gradativamente a força laboral com mais intensidade, através de diferentes estratégias, comprometem a força física e psíquica do trabalhador a tal ponto que se apropriam até mesmo da expectativa de vida destes sujeitos.

A invisibilidade desses processos de apropriação da força de trabalho pelo capital, como mercadoria que deve ser explorada ao extremo, reifica e aprofunda as diferentes formas de precarização do trabalho, inclusive dos assistentes sociais. O estudo sobre a realidade concreta vivida por eles, portanto, torna-se essencial, já que o processo de reestruturação produtiva desencadeado no país nos impõe novos desafios tanto no âmbito técnico-operativo, quanto no plano do conhecimento.

Dito isto, refletir sobre os impactos dos processos atuais, conservadores e reacionários, que incidem sobre o trabalho do assistente social precarizando-o, requer, na mesma medida, pensar em alternativas à intensiva exploração que também afeta os assistentes sociais. Nessa medida, discutir sobre o trabalho dos assistentes sociais implica, também, em pensar sobre o seu cotidiano de trabalho, sua conformação no contexto brasileiro atual, descortinando, inclusive, suas particularidades regionais.

O trabalho do assistente social: uma cartografia sobre pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social

A escolha de produções acadêmicas em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* foi motivada pela aceção de que correspondem a um nível intelectual mais elevado a ser perscrutado. As pesquisas oriundas dessa área podem se traduzir em valiosas ferramentas de análise e intervenção crítica da realidade; daí sua apropriação neste estudo.

Segundo Kameyama (1998, p. 3), "os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para produção de conhecimentos e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica". Nesse horizonte, buscam-se relações entre a pesquisa e a produção do conhecimento oriunda da Pós-Graduação *stricto sensu* como partes integrantes de um todo que, para além da ampliação do conhecimento, intenta desvelar a realidade para nela intervir.

Em referência ao recorte temporal e espacial, foram selecionadas as dissertações e teses defendidas no período de 2012 a 2016 junto às universidades com programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro, a saber: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Cumpre destacar que a UFF possui dois programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social: o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social e o Programa

de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, sendo que este último conta somente com o curso de Mestrado Acadêmico.

A inquietação pela ampliação do conhecimento sobre o trabalho do assistente social nessa localidade é movida pelo interesse de conhecer com mais profundidade a realidade vivenciada pelos assistentes sociais nessa região, de agregar esse conhecimento e difundi-lo, contribuindo com a reflexão acumulada sobre o assunto.

O período em tela foi delineado com intuito de captar elementos atuais sobre o tema da pesquisa. Dispondo de dados alcançados numa primeira investida exploratória quanto ao objeto de estudo, considerou-se que o período demarcado proporcionava relevância científica em termos de alcance de dados qualitativos sobre o objeto.

A análise das produções acadêmicas partiu das plataformas digitais dos cursos de pós-graduação elucidados.³ Nessas ferramentas foram encontradas, ao todo, 267 dissertações e 131 teses. Contudo, no que tange aos trabalhos relacionados ao tema da pesquisa, foram localizadas 24 dissertações e cinco (05) teses.

Tendo como horizonte esse ponto metodológico, seguiu-se para a exposição dos dados alcançados, segmentando-os, quando necessário, conforme os respectivos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social, situados no Estado do Rio de Janeiro.

O Quadro 1 demonstra a síntese das produções acadêmicas localizadas que discorreram sobre o trabalho do assistente social.

Quadro 1 – Produções acadêmicas que discorreram sobre o trabalho do assistente social

PPG <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no estado do RJ	Período de defesa dos trabalhos	Mestrado	Dissertações e teses relacionadas ao objeto de pesquisa
		Doutorado	
PUC-Rio	2012 a 2016	62 dissertações	04 dissertações
		21 teses	01 tese
UERJ	2012 a 2016	40 dissertações	08 dissertações
		14 teses	02 teses
UFRJ	2012 a 2016	77 dissertações	06 dissertações
		60 teses	01 tese
UFF / Serviço Social e Desenvolvimento Regional	2012 a 2016	25 dissertações	05 dissertações
		0 tese	0 tese
UFF / Estudos Pós-Graduados em Política Social	2012 a 2016	63 dissertações	01 dissertação
		36 teses	01 tese
TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
4 universidades e 5 programas, visto que a UFF possui 2 programas	2012 a 2016	267 dissertações	24 dissertações
		131 teses	05 teses

Fonte: elaboração das autoras.

³ Optamos por acessar as dissertações e teses por meio das plataformas digitais dos programas de pós-graduação informados, ao invés de alcançá-las através da Plataforma Sucupira-CAPES.

Com base nesse resultado, é possível observar que há certa discrepância entre os estudos desenvolvidos nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social que abordam o trabalho do assistente social e os que se debruçam sobre outros temas. Se buscarmos a proporcionalidade do número de dissertações e teses que abordam o trabalho do assistente social no período demarcado, representa apenas 7,28 % do total apresentado, ou seja, dos 398 trabalhos localizados, apenas 29 tomaram o trabalho do profissional como objeto de análise dentro da perspectiva de suas condições de operacionalização.

Nessa medida, o levantamento realizado ratifica as análises que apontam carência de produções acadêmicas sobre o trabalho do assistente social, essencialmente sob a ótica dele enquanto trabalhador (RAICHELIS, 2011). Foi encontrada, quase sempre, nos trabalhos que versam sobre trabalhadores e Serviço Social, a abordagem sobre outros sujeitos, como os usuários dos serviços, ao invés de trabalhos que tomassem como objeto de estudo as próprias relações e condições de trabalho do assistente social.

Sobre esse aspecto, convém elucidar as seguintes pontuações de Iamamoto:

[...] a produção recente acumulada que tem o Serviço Social como objeto de estudo centra-se, sobretudo, na qualidade desse trabalho - ou na sua *diferencialidade* - e identifica seus portadores como dotados de uma força de trabalho dotada de capacitação específica: capazes de criar um tipo de trabalho concreto distinto e particular. O que não dispõe de centralidade nessa mesma literatura é a *identidade* do trabalho do assistente social com o do conjunto dos trabalhadores: enquanto trabalho abstrato, como parte alíquota do trabalho socialmente produzido. [...] as implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor, isto é, da produção e distribuição do valor e da mais valia, não têm sido foco de igual atenção (IAMAMOTO, 2009, p. 10, grifos da autora).

Dessa forma, novos estudos nesse campo se tornam urgentes na medida em que é percebida a carência de pesquisas que abordem os assistentes sociais enquanto trabalhadores, sobretudo no que diz respeito aos processos de trabalho nos quais se encontram inseridos e suas relações e condições de trabalho. Na medida em que se

reduzem e/ou anulam as pesquisas e debates sobre as relações e condições em que se realiza o trabalho profissional e não se problematizam os diversos determinantes que incidem sobre o tema, são reduzidas, na mesma medida, as possibilidades de superação dos diversos entraves que se lhes apresentam no contexto atual.

Outro ponto destacado pelos pesquisadores se refere à precarização atual do trabalho. Em razão de péssimas condições laborativas, acentua-se a rotatividade de profissionais no trabalho, o que prejudica significativamente a qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços sociais. Na outra face desta realidade, deflagra-se a insegurança dos trabalhadores assistentes sociais mediante o risco do desemprego. Essas constatações são evidenciadas nas seguintes falas dos pesquisadores:

Desde a implantação dos CRASs e CREAS, percebem-se alguns desafios e dificuldades que ainda precisam ser superados, quanto à estrutura física dos equipamentos, operar com condições de trabalho ainda muitas vezes precárias e com alta rotatividade dos trabalhadores, a substituição de quadro técnico permanente e qualificado por contratos de trabalhos por tempo determinado, fragilização da rede, ausência de recursos e baixa prioridade por parte da gestão pública municipal com a prestação de serviços (DA HORA, 2014, p. 122-123).

Podemos destacar também que um dos fatores que precariza o trabalho dos profissionais da assistência social no município de Duque de Caxias é a insegurança que muitos têm em relação aos seus postos de trabalho. Foi constatado neste estudo que a maioria dos profissionais que trabalham nos equipamentos públicos de assistência social, sejam eles CRAS ou CREAS, não são concursados. A partir do momento que existe uma omissão do Estado na convocação de concurso público para a Secretaria Municipal de Assistência Social, esses profissionais relatam que suas contratações ocorrem através de projetos com duração específica ou em cargos comissionados advindos de indicação política (ROCHA, 2016, p. 114).

[...] embora a maioria dos/as profissionais da Região Sul Fluminense possuam vínculo estável, a tendência de precarização das relações de trabalho atinge um quantitativo de profissionais que deve ser considerado. Observa-se que os índices de contrato temporário, prestação de serviços, autônomo e comissionado correspondem a vínculos marcados pela instabilidade, insegurança, rotatividade e perda da autonomia profissional, isto é, essa realidade

tende a ter impacto diretamente sobre a qualidade dos serviços prestados e na defesa dos direitos sociais da população usuária. Nota-se, ainda, que ao assumir os chamados cargos comissionados ou trabalho por RPA, os/as profissionais da Região Sul Fluminense acabam se submetendo às diretrizes institucionais, comprometendo a sua autonomia profissional (SOUZA, 2016, p. 161-162).

O contexto de intenso desemprego que afeta os trabalhadores brasileiros, de forma geral, sujeita também os assistentes sociais a situações degradantes de trabalho que atingem suas próprias condições de vida. Sem oportunidades dignas de trabalho e diante de suas condições objetivas de sobrevivência, eles não veem alternativas à vivência dessa exploração.

Sob outra perspectiva, o estudo aponta que, na realidade atual, um número reduzido de trabalhadores assistentes sociais busca cumprir uma diversa gama de requisições institucionais, além de assumir a responsabilidade de atender a uma grande extensão de usuários. Esses fatos, de acordo com as pesquisas observadas, têm acarretado em sobrecarga para os assistentes sociais:

As ações que vêm sendo desenvolvidas pela Uerj no âmbito da assistência estudantil lidam com limites oriundos da dinâmica do mundo do trabalho, dos quais destacamos, dentre outras dificuldades, o número ínfimo de profissionais da equipe de Serviço Social, que compreende, atualmente, duas assistentes sociais efetivas e uma contratada para realizar um grande quantitativo de análise em curto período de tempo e ainda a responsabilidade de selecionar e capacitar novos profissionais por um período temporário para realizarem essa tarefa, expressando a intensificação de trabalho, subcontratação e precarização das relações de trabalho (CARVALHO, 2012, p. 179).

A operação da política, nesse cenário, se dá conforme o movimento de intensificação e precarização do trabalho [...]. Os poucos assistentes sociais inseridos nos CRAS são pressionados a dar conta de uma vasta relação de atividades diárias que restringem o desenvolvimento da profissão de maneira qualificada, bem como ferem a autonomia deste profissional na criação e operação dos instrumentos técnicos para a atuação diante do objeto (SILVA, 2015, p. 110).

Pode-se concluir que se está diante de uma grande instituição pública que após as reformas orientadas pelo ideário neoliberal tem se guiado cada vez mais pela lógica gerencial, que denomina seus profissionais de nível superior

de "analistas do seguro social" para que possam realizar outras atividades além daqueles referentes à sua especialização e, deste modo, reduzir o custo de mão de obra. Soma-se a essa realidade, a falta de lotação adequada (quantitativo reduzido de profissionais), o que interfere na qualidade dos serviços prestados gerando a insatisfação e o desgaste físico e emocional dos profissionais. (COSTA, 2016, p. 105).

Reafirma-se na análise aqui construída que no conjunto dos processos alienantes produzidos pelo capitalismo em sua fase monopólica, que há ausência de percepção do/a profissional, em seu cotidiano, acerca dos processos de precarização vividos nas relações de trabalho, restringindo-os à questão da instabilidade contratual, do baixo salário, do vínculo empregatício e do desemprego, bem como às condições de trabalho (espaço físico e recursos institucionais adequados). Esses elementos evidenciam-se pelos impactos produzidos pelo reordenamento do capital no trabalho cotidiano dos/as assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro em decorrência de responderem a uma gama de demandas e atividades requisitadas pelas instituições que provocam, conseqüentemente, intensificação de seu trabalho, a partir das exigências de maior empenho, seja físico, intelectual ou emocional (SOUZA, 2016, p. 199).

Nesta análise, verificou-se que a fragilidade desses vínculos, tangenciados pelo processo de precarização laboral, produzem, ainda, a diversidade de vínculos do trabalho assalariado no mesmo espaço. Digno de nota nesse ponto é o fato de que pesquisas analisadas dão relevo ao privilegiamento, por parte das entidades empregadoras, de contratos temporários, com baixos salários e, às vezes, sem garantias dos direitos trabalhistas, a despeito da realização de concursos públicos. Disso depreende-se que há a tendência, no que se refere aos vínculos de trabalho assalariado do assistente social no contexto brasileiro, à disseminação do contrato precário, conforme os relatos que se seguem:

No que se refere especificamente à política de recursos humanos, proposta neste cenário, destaca-se a perspectiva de extinção do quadro funcional de estatutários em detrimento da contratação de pessoal a partir das condições impostas pelo mercado. Assim, as Organizações Sociais tenderiam a assimilar as características da gestão de pessoas, próximas ou iguais às praticadas historicamente pelo setor privado. Há uma tendência evidente e inequívoca de flexibilização das relações de trabalho, gerando uma crescente instabilidade

de funcional para o trabalhador da saúde, o que interfere diretamente na qualidade dos serviços oferecidos, fragilizando os espaços de negociação e lutas políticas da classe trabalhadora (MUNIZ, 2016, p. 15).

[...] o nosso interesse pela investigação do objeto na SEAP está relacionado a nosso exercício profissional como assistente social nessa instituição, desde o ano de 2001, quando ingressamos através do último concurso público realizado para técnicos estatutários. Em mais de uma década de trabalho no sistema penitenciário, observamos a celebração de vários contratos precários e os questionamentos acerca das condições de trabalho e os impactos na qualidade dos serviços prestados à população carcerária e a seus familiares (BRAVIN, 2013, p. 15).

As profissionais possuem vínculos de trabalhos diferenciados com a instituição, este quadro é

composto por nove assistentes sociais militares e seis civis. Em relação às militares, algumas ingressaram por meio de concurso público, de caráter temporário, outras por meio de análise de currículo e também possuem vínculo temporário com a organização militar. Já as profissionais civis, foram admitidas através de duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que contratam profissionais para auxiliar no trabalho do controle do espaço aéreo em diversas áreas, dentre elas o Serviço Social (RODRIGUES, 2016, p. 94).

Ainda quanto à precarização do trabalho do assistente social na cena contemporânea, os dados levantados sinalizam algumas questões que permeiam o exercício profissional dos assistentes sociais, as quais são expostas a seguir.

Quadro 2 – Dados sobre a precarização do trabalho do assistente social⁴

24 dissertações e 05 teses defendidas no período 2012 a 2016

Questões Identificadas	Números totais de dissertações e teses que apresentam dados	Dados Percentuais
Contratos precários e desprotegidos	16	55,17%
Reduzido número de assistentes sociais para atender excessivas requisições institucionais e expressivo número de usuários	16	55,17%
Estrutura física precária e falta de instrumentos básicos para o trabalho	13	44,82%
Privilegiamento de contratos temporários em detrimento da realização de concursos públicos	12	41,37%
Rotatividade de profissionais no mesmo espaço de trabalho	11	37,93%
Contratos precários de trabalho que geram insegurança	9	31,03%
Baixos salários	8	27,58%
Diversidade de vínculos de trabalho no mesmo espaço sócio-ocupacional	8	27,58%
Relação vertical entre os gestores e os assistentes sociais que atuam na ponta	7	24,13%
Dupla jornada de trabalho em virtude dos baixos salários	4	13,79%
Vínculos de trabalho tangenciados por relações político-partidárias	3	10,34%

Fonte: elaboração das autoras.

⁴ Os resultados apresentados neste quadro não totalizam 100% em razão de haver representação de uma tese ou dissertação em mais de um campo do quadro apresentado, a depender das questões identificadas em cada trabalho analisado.

É importante destacar que o quadro acima expressa apenas um dos diversos vieses atuais que engendram a real subsunção do trabalho ao capital. Nessa dinâmica, de outro ponto de vista, evidenciou-se, por meios das produções observadas, que a ofensiva neoliberal ataca não somente os direitos sociais do trabalho, mas perpassa todos os âmbitos da vida social.

Nessa medida, com base nesses dados significativos, entende-se que esta realidade deve estar na pauta dos debates, não como um fim em si mesmo, mas sob a perspectiva propositiva.

Parte-se do suposto que são os debates e embates travados no Serviço Social que permitirão as mediações necessárias para a construção de alternativas a tendências atuais à refuncionalização do tecnicismo, do pragmatismo.

Para tanto, urge o diálogo afinado entre os trabalhadores assistentes sociais que atuam na *ponta* e os que se concentram no meio acadêmico. Fazer com que o pensar e o agir possam interagir dialeticamente no exercício profissional do assistente social pressupõe esse esforço coletivo, compreendendo que, tanto os profissionais que se encontram imersos na *prática* cotidiana, quanto os que desenvolvem suas atividades de pesquisa na academia constituem partes de um todo que deve se movimentar em unidade.

Portanto, alterar a atividade tarefaira, destituída de significado em práxis social, num contexto em que toda a sorte de precarização repercute não apenas sobre o trabalho, mas em todas as dimensões da vida social, requer imbuí-la de conteúdo político que gere "atividade prática" (VÁZQUEZ, 2011) transformadora.

Requer a ideação, a articulação entre os diversos segmentos de trabalhadores para a construção da mediação necessária que materializa um objetivo que gera mudança. É nessa direção que deve se assentar o Serviço Social, no horizonte que conecta pensamento e ação transformadora, dando efetividade à práxis social no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Conclusão

Assiste-se no país a um conjunto de medidas que, sob a falácia de que se tratam de medi-

das necessárias para conter a crise econômica e o progressivo desemprego, na realidade correspondem a um verdadeiro interesse na desregulamentação das relações de trabalho, provocando uma nova gestão e organização do trabalho, baseadas na total subsunção do trabalho ao capital. Nessa angulação, alguns questionamentos são suscitados: em meio a essa conjuntura de retrocessos em relação aos direitos sociais duramente conquistados pelas lutas sociais, como buscar saídas?

Assim, verifica-se que são necessárias, diante do contexto atual, análises conjunturais que deem fôlego para o fortalecimento das resistências. São indispensáveis novas abordagens para além do discurso da crise que se instaura, buscando superá-lo por meio da criação de alternativas. E, sob esse aspecto, a história indica que novos caminhos podem ser construídos por meio da organização do conjunto da classe trabalhadora.

Compreende-se que tais análises se constituem demandas do presente, uma vez que, em escala crescente, o capitalismo desenvolve formas veladas de exploração da força de trabalho que comprometem a própria vida dos trabalhadores. Este movimento se torna imperativo, sobretudo, porque é nessa engrenagem ordenada pela burguesia que se encontram os diversos sujeitos trabalhadores, inclusive os assistentes sociais.

Assim, torna-se essencial buscar nexos entre as diferentes dimensões de análise sobre o trabalho do assistente social, buscando superar pré-conceitos reducionistas sobre a realidade em que se estão inseridos estes profissionais. Diante disso, reitera-se a necessidade de estudos sobre o trabalho do assistente social considerando suas condições e relações laborais com o fito de incidir na realidade de maneira propositiva, sobretudo para os sujeitos sociais que estão envolvidos nela.

Neste sentido, as teses e dissertações examinadas, elaboradas pelos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social situados no Estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2016, revelam a necessidade de ampliar e qualificar nossos estudos referentes aos processos atuais de precarização do trabalho e, em par-

ticular, dos assistentes sociais. Essas análises, na perspectiva crítica, são fundamentais para repensar o lugar da dimensão investigativa na formação e no trabalho profissional do setor.

A construção do discurso crítico, associado à dimensão investigativa no Serviço Social, de maneira que se traduza em resultados mais efetivos para o trabalho profissional do assistente social é, portanto, um desafio vigente. Avista-se como necessária a ampliação do estudo sobre o trabalho profissional do assistente social, compreendendo-o em estreita relação com a formação profissional.

Em tempos de "capital fetiche" (IAMAMOTO, 2007), urge o levantamento e a publicização de questões que envolvem as relações de trabalho, suas condições e processos, na atualidade. Observa-se que são esses elementos que permitem ações necessárias para a construção de espaços de trabalho mais saudáveis, que correspondam aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, incluindo aí o assistente social.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital.* São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAVIN, R. M. *Serviço Social e sistema penitenciário: um estudo sobre a possibilidade de materialização das diretrizes do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.* 2013. Dissertação (mestrado em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2013).

CARVALHO, C. Q. L. *O processo de trabalho do (a) assistente social na universidade pública: análise da "política de assistência estudantil" da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.* 2012. Dissertação (mestrado em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2012).

COSTA, R. G. A práxis do/a assistente social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 366-378, jul./dez. 2014. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2014.2.18644>

COSTA, J. V. *O Serviço Social na previdência: alterações da normatização do Benefício de Prestação Continuada e os impactos no exercício profissional.* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

DA HORA, S. S. *O Serviço Social na política de assistência social: discutindo as tensões entre projeto profissional e trabalho assalariado.* 2014. Dissertação (mestrado em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, Niterói, 2014).

GOMES, M. R. B. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n° 122, p. 357-380, abr./jun. 2015a. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.027>

GOMES, M. R. B. *Serviço Social e consultoria empresarial: uma possibilidade de intervenção crítica?* 2015. Tese (doutorado em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2015b).

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.* São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KAMEYAMA, N. *A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1995 a 1997).* [S.l.]: 1998. Disponível em: <http://www.ts.ucri.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 145-166, jan./abr. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>

MUNIZ, M. A. N. *Saúde, organizações sociais e trabalho: os limites do "novo" modelo de gestão da saúde no Rio de Janeiro.* 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, abr. 1996.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011, p. 420-437. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>

ROCHA, D. A. *As expressões da precarização do trabalho na assistência social do município de Duque de Caxias-RJ.* 2016. Dissertação. 2016. (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

RODRIGUES, F. *Autonomia de Voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA*. 2016. (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

CEP: 22451-900

SOUZA, M. *Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro*. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, M. M. *Projeto ético-político e assistência social: um estudo do cotidiano de trabalho dos (as) assistentes sociais do Centro Sul/Vale do Salgado-CE*. 2013. Dissertação (mestrado em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, R. M. *Assistência social e o trabalho no CRAS: uma análise a partir do município de Itaguaí*. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

VASCONCELOS, A. M. *Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. Serviço Social e Sociedade*, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998. p. 114-134.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Flávia Barbosa Pardini dos Santos

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Serviço Social e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é assistente social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS) da Puc-Rio.

Inez Terezinha Stampa

Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio. Professora associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Coordenadora do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq.

Endereço para correspondência

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea

Rio de Janeiro, RJ – Brasil